



Ex.mo Senhor Presidente da
**COMISSÃO PARLAMENTAR DE
EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**

Lisboa, 01 de junho de 2017

N.ª Ref.ª 001/037/XIII/001/018

Of. nº 245/8ª – CEC/2017

Assunto: **PETIÇÃO N.º 256/XIII/2ª – PEDIDO DE INFORMAÇÃO**

Exmo. Senhor Deputado Alexandre Quintanilha,

Conforme solicitado vimos por este meio dar resposta ao pedido da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, no âmbito da apreciação da Petição n.º 256/XIII/2.ª, da iniciativa de Ana Margarida Carvalho Maia – “Solicitam que sejam adotadas medidas com vista à resolução da situação contratual precária dos técnicos especializados nas escolas”.

Antes de mais, cumpre dizer que a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) é uma associação de entidades titulares de estabelecimentos de ensino cuja missão é defender e representar os interesses dos seus associados.

Uma vez que uma das prioridades dos associados da AEEP é a “Qualidade do Ensino”, esta associação não poderia deixar de defender e apoiar um regime de contratualização que dê estabilidade ao pessoal docente e não docente das escolas. A AEEP nos sucessivos Contratos Coletivos de Trabalho, que tem firmado com os sindicatos, tem dado extrema importância a um quadro de estabilidade para com os seus docentes e não docentes. Aliás é o Código do Trabalho que o preconiza, pelo que por maioria de razão o Estado deve também cumprir o que exige, e bem, ao setor privado.

Com os melhores cumprimentos,

António José Sarmento
Presidente da Direção

